



## Davi: declaração de Eduardo Bolsonaro sobre AI-5 é afronta

Marcos Brambilla/Senado Federal — 2/10/2019



Em nota, Davi fez chamado para o respeito à democracia: “Não há espaço para que se fale em retrocesso autoritário”

Presidente do Senado e diversos senadores repudiaram ontem fala do filho do presidente da República, para quem o instrumento da ditadura poderia ser reeditado se houvesse radicalização da esquerda

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou ontem que a declaração do deputado Eduardo Bolsonaro de que o governo poderia recorrer a “um novo AI-5”, caso a esquerda no país radicalizasse é absurda e representa retrocesso e afronta inadmissível. Em nota, Davi destacou que, como presidente do Senado e do Congresso, honra a Constituição e respeita a harmonia entre os Poderes, “alicerce da democracia, que é intocável sob o ponto de vista civilizatório”. Para ele, “não há espaço para

que se fale em retrocesso autoritário”. Vários senadores também se manifestaram nas redes sociais contra a declaração do filho do presidente da República, Jair Bolsonaro. A presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Simone Tebet, considerou “estrangeiro e inaceitável” o posicionamento de Eduardo Bolsonaro. O líder do PT, Humberto Costa, pediu punição ao parlamentar. Líder da Rede, Randolfe Rodrigues informou que o partido apresentará uma representação no STF e no Conselho de Ética da Câmara. **3**

**Debatedores reclamam de projeto do governo para universidades **2****

**Idoso movimentou 20% da economia do país, aponta Sebrae **2****

**Senadores pedem solução para energia elétrica em Roraima **4****

**Sancionada lei que assegura exame de câncer em até 30 dias **2****

### Texto para aposentadoria por periculosidade chegará na 2ª

Projeto para regulamentar a aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos e atividades perigosas será apresentado na segunda-

feira por Eduardo Braga. A proposta, que veio do governo, faz parte de acordo para a aprovação da reforma da Previdência. **3**



Pedro França/Agência Senado — 9/7/2019

Para Braga, é preciso regulamentar logo todas as atividades de risco



Pedro França/Agência Senado — 15/10/2019

Lasier Martins é responsável pela iniciativa de mandar carta aos ministros

### Senadores assinam carta ao STF em apoio à segunda instância

O senador Lasier Martins anunciou que enviará carta aberta ao Supremo Tribunal Federal em apoio ao cumprimento da pena logo após a

segunda instância. A carta, disse, tem 37 assinaturas de senadores. O STF marcou para 7 de novembro a continuação do julgamento. **3**

### Taxação para energia solar recebe críticas em audiência pública

Em debate ontem na Comissão de Infraestrutura, senadores questionaram mudanças propostas pela Agência Nacional de Energia Elétrica nas regras de compensação da energia gerada pela mini e pela microgeração distribuída, como é o caso da energia solar. As alterações incluem a cobrança pelo uso da rede elétrica e a suspensão gradual de outros subsídios, o que, na avaliação dos senadores, vai desestimular investimentos em energias renováveis. **4**

### Contratação de advogados sem licitação divide opiniões

A proposta que define as atividades de advogados e contadores como singulares, o que na prática permite a dispensa de licitação nas

contratações com a administração pública, dividiu ontem opiniões em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Relator do projeto na CCJ, senador Veneziano Vital do Rêgo (C) comanda debate com representantes do Judiciário

Marcos Oliveira/Agência Senado



Senador Jean Paul Prates (C) comanda audiência pública com representantes do governo e das universidades

## Projeto Future-se, do MEC, recebe críticas em debate

Proposta do Ministério da Educação pretende estimular a captação de recursos pelas universidades junto à iniciativa privada. Instituições temem perda de autonomia e privatização do ensino

O PROJETO DE aumentar a captação de recursos na iniciativa privada pelas universidades e institutos federais foi debatido ontem na Comissão de Educação (CE) por representantes do governo e de entidades ligadas a universidades e estudantes. Batizada de Future-se, a proposta tem como premissas o uso direto dos recursos arrecadados pela universidade ou instituto, o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica, a inovação, o empreendedorismo e o estímulo à internacionalização.

Quem presidiu o debate foi Jean Paul Prates (PT-RN), que, após ouvir os convidados, posicionou-se contra o Future-se. Para o senador, apesar das mudanças já feitas ao projeto, ele continua com premissas políticas e ideológicas equivocadas.

— O MEC [Ministério da Educação] diz que, independentemente do Future-se, está mantendo a autonomia e o orçamento, ou seja, ele seria apenas uma receita extra, para abrir mais possibilidades. Mas, na verdade, estão abalroando a gestão, a autonomia, a estrutura organizacional, o regime dos servidores, a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação.

O senador também disse que o MEC impõe, sem o necessário debate, uma reforma empresarial da educação.

— A proposta fragiliza a função social das universidades, ameaça a manutenção

das instituições, inviabiliza o processo de democratização do acesso ao ensino superior público e abre um horizonte de incertezas para a produção científica e tecnológica.

### Autonomia

O Future-se foi defendido pelo diretor de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação do MEC. Wagner Vilas Boas antecipou que na próxima semana o ministério já deve abrir a consulta pública e a previsão é de que encaminhe o texto final ainda neste ano ao Congresso.

Ele afirmou que mais de 33 mil pessoas opinaram na pré-consulta e, a partir das contribuições, o texto passou por uma completa revisão. Segundo Vilas Boas, uma alteração relevante foi no primeiro pilar, que previa gestão, governança e empreendedorismo.

— Isso incomodou os gestores, preocupados com a preservação da autonomia. Então, na versão final, os três pilares são: pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, empreendedorismo e internacionalização.

O presidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituição Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico, Nilton Brandão, reclamou que a segunda versão é apenas uma “maquiagem” da primeira. Ele reclamou que o projeto prevê a contratação de professores não mais por

concurso e sim por regras de mercado. Para Brandão, é o fim do tripé ensino, pesquisa e extensão. Além de ser “um projeto de educação que não fala de educação, porque foi pensado por economistas para o setor produtivo”.

— O nome não devia ser Future-se, deveria ser Fature-se. Que futuro é esse que não fala dos desafios, expansão, pesquisa, aumento de vagas, assistência e permanência de estudantes, bolsas para capacitar e formar professores?

Pelo projeto, as receitas do fundo patrimonial vêm de doações, investimento, locação ou alienação de bens ou deixados em testamento, contribuições associativas e doações, entre outras fontes. Vilas Boas também frisou que o texto deixa claro que as receitas são adicionais, ou seja, não substituem as dotações orçamentárias regulares previstas em leis.

Para Zenaide Maia (Pros-RN), o objetivo do Future-se é tirar os investimentos e desidratar as universidades pela falta de dinheiro.

— A educação sofre, perde qualidade, depois é só privatizar, que é o que realmente eles querem. Privatizar universidades que ganham prêmios internacionais, institutos federais que dão ensino médio de qualidade. É um projeto bilionário para destruir o ensino médio e o ensino superior gratuito — declarou a senadora.

## Segundo Sebrae, idoso no Brasil movimenta 20% do consumo

As pessoas com mais de 60 anos representam 20% do poder de consumo do Brasil, informou o representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) Getúlio Vaz, em audiência na Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa.

— Economia da Longevidade ou Economia Prateada, uma alusão aos cabelos grisalhos, gera mudanças fundamentais na economia dos países. Por já estarem aposentados em grande parte, idosos não têm gastos que os mais novos têm — disse.

Parte do ciclo de debates sobre os efeitos do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741, de 2003), a audiência ocorreu ontem por requerimento do senador Eduardo Gomes (MDB-TO).

Segundo Vaz, alguns países já têm quase 30% de suas populações com pessoas idosas (acima de 60 anos).

— Atualmente, verificamos que 17% dos novos empreendedores têm entre 55 e 64 anos de idade e 8% têm 65 anos ou mais. Enquanto os mais jovens declaram em-

prender seus negócios para conseguir independência financeira, os mais velhos declaram ter uma outra fonte de renda. Representante da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, o fisioterapeuta Hudson Azevedo Pinheiro defendeu a valorização do Conselho Nacional da Pessoa Idosa.

— Temos de pensar em novas formas ou menor carga horária da jornada de trabalho de pessoas idosas que estejam trabalhando. É correto e devemos continuar a incentivar a atividade física e os centros de encontro e atividades. Vários idosos são os arrimos de suas famílias e a sua saúde e prolongamento de suas vidas é fundamental para suas famílias.

Eduardo Gomes disse que a reforma da Previdência foi benéfica para os aposentados, afirmando ocorrer agora um equilíbrio fiscal. As próximas audiências públicas estão programadas para novembro (Prevenção e Tratamento de Demências) e dezembro (Intergeracionalidade e a Promoção do Envelhecimento).

### RÁPIDAS

#### POLÍTICA DE PREVENÇÃO DO DIABETES É SANCIONADA

O presidente em exercício, Hamilton Mourão, sancionou a Lei 13.895, de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética. A norma teve origem no PLC 133/2017, aprovado pelo Senado em outubro.

#### SUS TERÁ QUE FAZER EXAME DE CÂNCER EM ATÉ 30 DIAS

Pacientes do SUS com suspeita de câncer terão direito à realização de exames no prazo máximo de 30 dias. É o que assegura a Lei 13.896, sancionada pelo presidente em exercício, Hamilton Mourão. A regra entra em vigor em 180 dias.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



#### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

#### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luís Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

#### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Érica Ceolin  
**Coordenadora-geral:** Luciana Rodrigues  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

#### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burle  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Davi repudia fala de Eduardo Bolsonaro sobre AI-5

Presidente do Senado e diversos senadores classificaram declarações do filho do presidente da República como atentado à democracia. Oposição pede punição ao deputado

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, classificou de “absurda”, “retrocesso” e “afrota inadmissível” a declaração do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente da República, Jair Bolsonaro, de que o governo pode recorrer a “um novo AI-5”, se “a esquerda radicalizar”.

Em nota publicada ontem, Davi destacou que, como presidente do Senado e do Congresso Nacional, honra a Constituição e respeita a harmonia entre os Poderes da República, “alicerce da democracia, que é intocável sob o ponto de vista civilizatório”.

Davi lamentou que o deputado, um agente político, eleito com o voto popular, faça insinuações contra “a ferramenta que lhe outorgou o próprio mandato”.

“Mais do que isso: é um absurdo ver um agente político, fruto do sistema democrático, fazer qualquer tipo de incitação antidemocrática. É inadmissível essa afronta à Constituição”, ressaltou Davi.

A nota foi concluída com um chamado para o respeito

à democracia: “Não há espaço para que se fale em retrocesso autoritário. O fortalecimento das instituições é a prova irrefutável de que o Brasil é, hoje, uma democracia forte que exige respeito”.

## Redes sociais

Nas redes sociais, vários senadores também se manifestaram. No Twitter, o líder do PT, senador Humberto Costa (PE), cobrou punição para o deputado Eduardo Bolsonaro:

“As instituições da democracia não podem continuar a tratar o deputado Eduardo Bolsonaro como inimputável. Ele é totalmente responsável por seus atos e palavras e precisa ser processado pelos crimes repetidos que comete contra a ordem democrática do país”.

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a senadora Simone Tebet (PMDB-MS) considerou “estorcedor” o posicionamento do deputado Eduardo Bolsonaro: “Estorcedor e inaceitável. Qualquer um que tenha vivido, ou tenha conhecimento mínimo, do que foram os atos



Segundo Davi, declaração é absurda, retrocesso e afronta inadmissível

institucionais, em especial o AI-5, não pode aceitar uma declaração como esta”.

Para o senador Renan Calheiros (MDB-AL), a democracia não comporta “comichões autoritários, retrocessos e enxovalhamento institucional”.

O líder da Rede, senador Randolfe Rodrigues (AP), informou que apresentará uma representação contra o deputado no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

“O filho do presidente, representante da política ‘filhocrata’ desse governo irresponsável, ameaçou retomar o ato mais

violento da ditadura militar. O AI-5 cassou mandatos, suspendeu direitos, instituiu censura”, lembrou Randolfe.

Para Eliziane Gama (Cidadania-MA) trata-se de um “atentado à democracia”.

Os senadores Paulo Paim (PT-RS), Paulo Rocha (PT-PA), Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), Rogério Carvalho (PT-SE), Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e Rogério Carvalho (PT-SE) também se manifestaram nas redes sociais contrários às declarações do deputado.

Como instrumento de exceção, o ato institucional é vedado pela Constituição, que

destaca nos seus princípios fundamentais a República Federativa do Brasil como Estado democrático de direito. Fere também direitos e garantias fundamentais previstos no texto constitucional.

O Ato Institucional 5, conhecido como AI-5, foi emitido pelo então presidente Arthur da Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968. Naquele ano, crescia a pressão pela redemocratização do Brasil, que vivia sob regime militar desde a destituição do presidente João Goulart, no golpe de 1964.

Considerado o mais duro dos atos institucionais, o texto dava poder ao governo para suspender os direitos políticos de qualquer cidadão pelo período de 10 anos e cassar mandatos de deputados federais, estaduais e vereadores, fechar o Congresso e nomear interventores para estados e municípios. O AI-5 também proibiu manifestações populares, suspendeu o direito de habeas corpus em casos de crime contra a segurança nacional e impôs censura prévia para jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas.

## Eduardo Braga apresenta projeto sobre periculosidade na segunda

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) será o autor do projeto de lei complementar para regulamentar as hipóteses de aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos e atividades perigosas. Ele já recebeu a proposta do governo para o tema e deve entregar o projeto na próxima segunda-feira.

— É preciso regulamentar de uma vez por todas as atividades de risco. Os trabalhadores precisam saber, de forma transparente e rigorosa, quais são os seus direitos — afirmou.

Também já está definido o relator do projeto, que será o senador Esperidião Amin (PP-SC). A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deverá analisar o relatório já na quarta-feira e, em caso de aprovação, a expectativa é que ele siga para o Plenário no mesmo dia.

O texto será assinado por Braga para que a sua tramitação comece no Senado, onde foi estabelecido o acordo sobre a regulamentação das aposentadorias por periculosidade.

Durante o segundo turno de votação da reforma da Previdência (PEC 6/2019), senadores da oposição apon-

taram que as novas regras excluem da Constituição a possibilidade de critérios especiais para aposentadoria de trabalhadores que atuem em determinadas situações de potencial risco de vida, como vigilantes, eletricitários e mineiros. A PEC permite aposentadorias especiais apenas para trabalhadores com deficiência e que atuem expostos a agentes químicos, físicos e biológicos.

Foi então firmado um acordo com líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), para que, antes da promulgação da reforma, o Executivo formule e o Senado encaminhe a regulamentação das regras para as aposentadorias especiais, incluindo as situações de risco sem exposição a agentes nocivos.

Para o secretário especial de Previdência do Ministério da Economia, Rogério Marinho, essa discussão vai estabelecer critérios mais precisos para determinar quem deve receber o tratamento especial.

— Hoje mais de 70% das aposentadorias são dadas em judicialização. Com o projeto, deixaremos claras as condições em que a periculosidade e os agentes nocivos impactam a atividade laboral. Isso vai dirimir questões judiciais — afirmou Marinho.

## Dispensa de licitação em contratações divide debate

A proposta que define as atividades de advogados e contadores como singulares, o que na prática permite a dispensa de licitação nas contratações com a administração pública, dividiu ontem opiniões em audiência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

De um lado, operadores do direito consideram que a mudança abre brecha para ferir o princípio constitucional da impessoalidade, já que a contratação na administração pública traz a exigência de licitações e concursos para nortear as escolhas. De outro, advogados e contadores defendem o notório saber e a especialização como

diferencial para uma contratação direcionada e o desenvolvimento de projetos específicos e eficazes, especialmente em pequenos municípios.

O relator do PL 4.489/2019, senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), é favorável ao projeto.

— Entendo a singularidade do exercício de atividades profissionais como as de advogados e contadores. É possível fazer alguns ajustes, mas sem perdas dessas singularidades — defendeu Veneziano.

A votação foi suspensa na Comissão de Constituição e Justiça há algumas semanas a pedido do senador Major

Olimpio (PSL-SP), que é contrário ao texto.

Segundo o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Fernando Mendes, a proposta fere o interesse público, inverte a Lei de Licitações em vigor e fere a intenção original do constituinte.

Do Ministério Público da Paraíba, Leonardo Quintans disse que os serviços singulares, especiais e que realmente demandam atenção diferenciada podem e devem sair da regra de licitação e ser contratados diretamente, como já ocorre. Mas esse caminho, que é exceção, não pode virar regra.

## Carta pró-prisão em 2ª instância tem 37 assinaturas

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para 7 de novembro a continuação do julgamento que deve decidir se o cumprimento da prisão será logo após a confirmação da condenação em segunda instância ou apenas depois de esgotados os recursos. Lasier Martins (Podemos-RS) anunciou que enviará carta aberta ao STF apoiando o cumprimento da pena logo após a segunda instância. Ele lembra que o Congresso Nacional está tratando do assunto por meio de propostas de emenda à Constituição. Pelo Twitter, Lasier comemorou ontem o

apoio recebido por sua carta.

“Já temos 37 assinaturas de senadoras e senadores que apoiam a carta aberta de minha autoria, que defende a manutenção da prisão em segunda instância”, escreveu.

Na Câmara, os deputados estão analisando a PEC 410/2018, do deputado Alex Manente (Cidadania-SP). No Senado, projeto semelhante está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). De Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), a proposta (PEC 5/2019) tem Juíza Selma (Podemos-MT) como relatora. Luis Carlos Heinze (PP-RS)

assinou a carta de Lasier. Pelo Twitter, o senador afirmou que a medida pode ser “uma resposta do Senado e do Congresso ao povo brasileiro, diante daqueles que buscam atalhos para a impunidade”.

Leila Barros (PSB-DF) argumenta que após a segunda instância não se discute a materialidade do fato, nem existe mais produção de provas.

Alvaro Dias (Podemos-PR), Mara Gabrielli (PSDB-SP), Soraya Thronicke (PSL-MS), Romário (Podemos-RJ) e Fabiano Contarato (Rede-ES) também informaram pelo Twitter que já assinaram a carta.

# Proposta de taxaço de energia solar é criticada

Senadores questionaram em audiência consulta pública feita pela Aneel para rever incentivos à geração distribuída, na qual consumidor é beneficiado ao repassar à rede excedente gerado em sua residência

SENADORES DA COMISSÃO de Infraestrutura (CI) questionaram ontem mudanças propostas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nas regras de compensação da energia gerada pela mini e pela microgeração distribuída, como é o caso da energia solar. As alterações incluem a cobrança pelo uso da rede elétrica e a suspensão gradual de outros subsídios, o que, na avaliação de parlamentares, vai desestimular investimentos em energias renováveis.

A Aneel abriu uma consulta pública em outubro para rever as regras que tratam da chamada geração distribuída. Nessa modalidade, consumidores podem gerar a energia elétrica em suas residências, empresas ou propriedades rurais. Hoje, com a instalação de placas solares em seus telhados, os consumidores podem entregar a energia excedente ao sistema elétrico pelas redes das distribuidoras e receber a energia de outras fontes de geração do sistema à noite. O excedente fica como crédito e pode ser usado para o abatimento de uma ou mais contas de energia do mesmo titular.

Na visão da Aneel, o crescimento da geração distribuída traz um problema: a transferência de custos do sistema elétrico aos demais consumidores. Diretor da agência, Rodrigo Limp ressaltou que os incentivos são cobrados de todos os consumidores e que o crescimento exponencial da



Rodrigo Limp, da Aneel, fala em audiência dirigida por Carlos Viana (E)

energia solar pode acarretar aumentos na conta de luz. Com a revisão da norma, a intenção da agência reguladora é reduzir gradualmente esses subsídios.

— Em 2015, a gente já identificava que esse modelo de compensação não é sustentável em longo prazo — afirmou.

## Manutenção

Conselheiro da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) Rodrigo Marcolino defendeu a manutenção das regras atuais para expansão do setor. Ele ressaltou que a geração distribuída, conectada ao sistema elétrico, reduz os custos de geração e transmissão de energia para as concessionárias.

— Se eu tiro uma pessoa dessa conta e os outros ficam com essa conta, eles vão pagar mais caro, mas se essa pessoa que sai está contribuindo para reduzir essa conta, é outra conversa. A geração distribuída traz benefícios para a conta diminuir, traz alívio de carga. Os custos rateados por todos

os consumidores são menores.

De acordo com Major Olímpio (PSL-SP), a proposta da Aneel vai inviabilizar o crescimento da geração distribuída ainda no seu nascedouro.

— A proposta vai inviabilizar esse tipo de energia no Brasil. Não vamos taxar o sol — criticou o senador.

Para Izalci Lucas (PSDB-DF), a economia gerada por quem produz esse tipo de energia é o principal atrativo do investimento.

— Hoje a participação da energia distribuída na matriz energética não chega a 1%. Precisamos atingir pelo menos 5% a 8% para depois pensar nessa questão.

A consulta da Aneel vai até 30 de novembro. Os senadores Jaques Wagner (PT-BA) e Carlos Viana (PSD-MG) pediram mais tempo para debater a proposta. Rodrigo Limp não descartou adiar a conclusão da consulta.

— Não temos óbice em fazer a discussão — disse o diretor da agência.

## Izalci Lucas critica cortes nos investimentos em ciência e tecnologia

Izalci Lucas (PSDB-DF) lamentou ontem em Plenário o contingenciamento de recursos para investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Para ele, há um profundo descaso do governo com a importância do setor para o desenvolvimento econômico e social do país. O senador disse que os gestores públicos ainda não compreendem a importância de fomentar a tecnologia, área que enfrenta o pior orçamento dos últimos anos, levando o Brasil a perder competitividade quando comparado a países como a Coreia do Sul e a China, que aplicam de 3% a 4% do PIB em ciência e tecnologia.



Pedro França/Agência Senado

## Paulo Rocha: MP pode abrir caminho para privatização da Caixa

Paulo Rocha (PT-PA) defendeu ontem a valorização do FGTS e alertou para tentativas de mudanças na gestão do fundo por meio da MP 889/2019. Ele apresentou emendas ao texto para garantir o FGTS como mecanismo de incentivo à economia. Para Paulo Rocha, o fundo deve manter o financiamento social, tendo a Caixa como gestora. A desconfiança em relação ao texto encaminhado por Bolsonaro, segundo o senador, é de que a área econômica utilize a MP para enfraquecer a Caixa, pulverizando a gestão do fundo com instituições privadas e abrindo caminho para a privatização do banco.



Pedro França/Agência Senado

## Zequinha cobra solução para pequenos mineradores do Pará

Zequinha Marinho (PSC-PA) cobrou ontem do governo, em Plenário, uma solução para a dificuldade enfrentada pelos pequenos mineradores das regiões sudeste e sul do Pará. Eles sofrem com o rigor das autoridades ambientais na emissão de licença para mineração e com a concentração de áreas a serem exploradas nas mãos de poucas empresas, disse o senador. Ele pediu uma saída negociada para a questão e sugeriu que o caminho seja igual ao que foi adotado em Peixoto de Azevedo, em Mato Grosso.

— Um ajuste de conduta entre as empresas detentoras das áreas com o minerador.



Pedro França/Agência Senado

## Debate pede solução para altas tarifas da energia em Roraima

Os constantes apagões de energia elétrica e seus graves prejuízos à população roraimense foram debatidos ontem pela Comissão de Transparência (CTFC). Único estado não conectado ao Sistema Interligado Nacional, Roraima tem a energia elétrica fornecida pela Venezuela. Com a instabilidade política e econômica enfrentada pelo país vizinho, o sistema ficou ainda mais caro e precário, afirmaram participantes da audiência pública. Só em 2018, houve 85 blecautes, sendo 72 decorrentes de falhas na linha de transmissão.

O autor do pedido de audiência, Telmário Mota (Pros-RR), ressaltou que autonomia energética é fundamental para desenvolver Roraima, que já sofre com altos índices de pobreza. Ao criticar o uso de termelétricas, o senador considerou o sistema insuficiente, caro e inseguro para qualquer investimento, além de poluente. Telmário também se mostrou preocupado com o fato de que comércio e indústria locais podem falir após o anúncio de mais um aumento da tarifa pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O reajuste

deve passar a valer a partir de hoje.

Mecias de Jesus (Republicanos-RR) disse que hoje os moradores de Roraima precisam escolher se compram comida ou pagam a conta de energia “mais cara do mundo”. Para o senador, a solução do problema passa por medidas governamentais.

O superintendente-adjunto de Gestão Tarifária da Aneel, Cláudio Carvalho destacou o que está embutido nas tarifas de energia: geração, transmissão, distribuição, encargos setoriais e tributos. Segundo ele, o preço pago pelo consumidor é resultado dos custos para remuneração do sistema e uma demanda do próprio mercado. Carvalho atribuiu a alta dos reajustes a eventos como a crise hídrica que afetou o país em 2017 e disse que Roraima paga mais caro por não estar interligada ao sistema nacional. Ainda assim, a parcela de tributos do estado é menor em relação ao restante do país, garantiu.

— É uma região com desafios, devido à alta dispersão de consumidores, onde a gente tem perda de energia muito elevada. Enquanto o Brasil tem 14% [de desperdício], o Norte tem 23%.

## Investigação a respeito do caso Leros é prorrogada por 60 dias

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a prorrogação, por mais 60 dias, dos trabalhos da subcomissão que investiga uma possível tentativa de favorecimento ilegal a uma empresa brasileira que atua no setor de energia, a Leros.

O pedido para a prorrogação partiu do relator, Jaques Wagner (PT-BA). O colegiado já definiu que cumprirá, em data a ser acertada, uma agenda de trabalhos no Paraguai. Isso

porque teria sido prometida à Leros a venda da energia excedente do Paraguai no mercado livre de energia do Brasil, “a preços e condições imbatíveis”, segundo requerimento que levou à abertura do colegiado. Essa suposta tentativa de favorecimento causou grande sensibilidade política no contexto das relações entre os dois países, segundo Wagner. Ele reforça que a polêmica trata de negociações no âmbito da Usina Itaipu Binacional.

### RÁPIDAS

INTEGRAÇÃO ENTRE AMÉRICA LATINA E UNIÃO EUROPEIA VAI A PLENÁRIO

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem a ratificação da criação da Fundação Eulac, que objetiva promover a associação da América Latina e do Caribe com a União Europeia. Também foi criado, com Portugal, o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura. Os dois itens vão ao Plenário.

ACORDO COMERCIAL COM PERU SERÁ TEMA DE AUDIÊNCIA

A CRE aprovou também o pedido do senador Marcio Bittar (MDB-AC), para que o colegiado discuta as relações comerciais entre Brasil e Peru. Serão convidados o embaixador do Peru, Javier Yépez, e autoridades dos Ministérios da Economia, da Agricultura e das Relações Exteriores.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL É ASSUNTO DE SEMINÁRIO

Estão abertas as inscrições para o Seminário Grande Impulso para a Sustentabilidade no Brasil, na terça-feira, no Petrólio Portella. O evento, proposto por Jaques Wagner (PT-BA), deve subsidiar propostas para um novo arranjo voltado para o desenvolvimento sustentável.